

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

OLIVEIRA, Raymundo Theodoro Carvalho De. *Raimundo de Oliveira (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

RAIMUNDO DE OLIVEIRA
(depoimento, 1999)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 30/12/1899

duração: 2h 20min

fitas cassete: 03

páginas: 34

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista foi publicada no livro *Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende*. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

Primeira prisão

Quais são suas origens familiares, onde o senhor nasceu, onde estudou?

Sobre as origens há muitos dados num livro publicado recentemente por minha mulher, Laura Esteves de Oliveira, chamado *O sabor, o saber e o sonho: a fome secular dos Oliveira*, que conta a história da minha família.¹ Começa ali na seca de 1877, episódio importante do século passado, quando D. Pedro II declarou: “Que sejam vendidas todas as jóias da coroa, mas jamais meu povo passará seca como esta”... O pessoal correu do Rio Grande do Norte para o Pará, em levadas que acabaram dando origem aos meus avós. Meu pai já morreu, era funcionário do Banco do Brasil, e minha mãe tem 94 anos. Somos 12 irmãos, sete homens e cinco mulheres, todos vivos. Papai e mamãe são do Pará, tenho uma irmã mais velha, que nasceu em Belém, um irmão que nasceu no Rio Grande do Norte, depois três nascidos em Pernambuco, uma em Minas, dois em São Paulo e quatro no Rio — por causa do trabalho, papai vivia sendo transferido de um lugar para outro. Fui o primeiro filho que nasceu no Rio. Dos 12, sou o número nove, e recebi o nome do meu pai. Evidentemente era o mais querido, não precisa nem dizer...

Nasci em 28 de novembro de 1940 na Tijuca, numa ruazinha perpendicular à Professor Gabizo, chamada travessa Cruz. Com 10 anos fui para o Lins de Vasconcelos, onde papai comprou uma casa, naqueles financiamentos do Banco do Brasil. Moramos no Lins até 1964, quando nos mudamos para Copacabana. Fiz o primário no Instituto Lafayette, que era um colégio muito importante na época, e depois fiz um ano no Colégio Independência, no Engenho Novo, que virou o Pedro II. O ginásio e o científico, fiz no Colégio Militar. Só eu e o irmão que vem depois de mim, Raulino, que hoje é diretor de Informática do Mercosul, em Montevideu, estudamos no Colégio Militar. Fomos para lá porque era um bom colégio, mas nunca pensei em seguir carreira. Além disso, era um colégio muito barato. Para meu pai, bancário, com 12 filhos, a questão do dinheiro era sempre importante. No último ano do científico, em 1959, fiz o curso COS, do Carlos Otávio da Silva, que na época era um curso pré-vestibular importante. Em seguida fiz o vestibular, passei e fui fazer engenharia no ITA — Instituto Tecnológico da Aeronáutica —, em São José dos Campos. Lá fiquei de 1960 até 64. Vocês já estão vendo que eu estava no último ano quando veio golpe militar. Fui preso e expulso do ITA, no quinto ano.

¹ Laura Esteves, *O sabor, o saber e o sonho: a fome secular dos Oliveira. A história de Judith Carvalho de Oliveira e sua família* (Rio de Janeiro, s. ed., 1998)

Como era a vida no ITA? Era possível para um aluno se envolver com política?

O ITA era uma escola profundamente tradicional. A Aeronáutica fez o ITA uns 10 anos antes de eu chegar, e a escola era considerada de muito bom nível. Os professores eram todos civis, mas tudo era financiado pela Aeronáutica, que quis fazer uma centro de excelência para formar engenheiros de duas especialidades: eletrônicos e aeronáuticos. Em geral, os alunos faziam lá o CPOR da Aeronáutica. Como eu vinha do Colégio Militar, nem isso tive que fazer, porque já era reservista. Política era coisa que não se fazia lá dentro. O ITA era uma escola, repito, profundamente tradicional que não era nem filiada à UNE. Orgulhava-se de não se misturar: “Somos todos gênios. Não nos misturamos com esses mortais estudantes...”

Devo dizer que, em 1960, votei em Jânio para presidente da República e em Carlos Lacerda para governador da Guanabara — mácula que carreguei a vida toda, porque depois fiquei muito amigo do Sérgio Magalhães, que foi o candidato contra o Lacerda. Por outro lado, eu me dizia socialista. Era um cara de 20 anos que se dizia de esquerda mas votava no Lacerda, uma coisa meio confusa. Lembro que quando eu era garoto, papai comprava o *Diário de Notícias*, mas pedia ao jornaleiro: “Aquele ali também.” “Aquele ali” era a *Imprensa Popular*, jornal do Partido Comunista. Ficava escondidinho, mas era vendido nas bancas.

Seu pai então era de esquerda?

Papai se dizia comunista, admirador da Rússia, mas nunca foi de partido, nada disso. Mamãe também, desde a juventude admirava Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, mas nenhum deles teve uma militância organizada. Mas, de algum jeito, acredito que tenham me influenciado. Na minha família, se você olhar todos os meus irmãos, verá que todos têm uma enorme preocupação social. Qualquer um de nós é incapaz de entrar num prédio sem cumprimentar o porteiro, de entrar num elevador sem dar um abraço no ascensorista. Foi papai quem nos ensinou isso. Ele nos educou com essa visão, que foi importante e nos marcou a vida inteira. Por outro lado, paraense, com 12 filhos, evidentemente ele nos deu uma educação bem conservadora. Eu me lembro que as minhas irmãs não podiam namorar, a não ser com alguém na sala.

Seus pais eram religiosos?

Papai era espírita, e minha mãe se diz católica, mas nenhum deles era fanático por nada disso. Eu, com 12 anos de idade, abandonei tudo e virei ateu. Ainda me lembro da última vez que comunguei, talvez com 12, 13 anos. Fui confessar na igreja dos Afonsos, na Tijuca, o padre me disse o que é que eu tinha que rezar, e eu me esqueci. Aí vi que não acreditava naquilo.

Voltamos ao ITA?

Há um episódio no ITA que acho interessante. É que, embora tivesse votado no Jânio e no Lacerda, quando eu estava no segundo ano, em 1961, veio a renúncia do Jânio, e achei um absurdo, diante da renúncia, o Jango não assumir. Estava havendo a resistência do Brizola com o general Machado Lopes no Rio Grande do Sul, o país estava meio confuso, e nós fizemos uma assembléia geral dos alunos. Um grupo queria defender a posse do Jango, mas no final, na votação, a maioria optou por não se manifestar: o ITA não se manifestava em questões políticas. Mas o tal grupo fez um abaixo-assinado, chamado de declaração de voto, defendendo a posse do vice-presidente eleito, e eu, que era um garoto do segundo ano e não falava em assembléia, fui lá e assinei. Foi a primeira vez que me manifestei, vamos dizer assim, com a esquerda.

Havia dentro do ITA um grupo favorável ao impedimento de Jango?

Não diria que havia. A direita não era organizada assim, não. O pessoal do ITA era apenas um grupo de “gênios”, que se orgulhava de não se meter em política. Era como os garotos se viam. Adiante, há outro episódio também interessante, quando a gente tenta se filiar à UNE. Fizemos uma grande assembléia, mais ou menos um terço quis se filiar, mas perdemos de novo.

Havia um diretório?

Havia. Mas não tratava de questões políticas, embora, às quartas-feiras, das 10 ao meio dia, houvesse sempre uma conferência sobre tema aberto. O diretório era mais ou menos um grêmio, e bastante atuante. Eu, por exemplo, participei da organização da ida lá de Vinícius de Moraes com Baden Powell. Ficar uma noite ouvindo os dois! O diretório

fazia muito isso. Até que no final de 1962, pela primeira vez, elegemos um presidente de esquerda. Houve uma disputa, e venceram Luís Oscar de Melo Becker e Gílcio do Amaral Martins. Ambos depois vão ser expulsos comigo. Na eleição seguinte, o Gílcio foi candidato contra o Sérgio de Magalhães Bordeaux Rego, pela direita, e o Bordeaux ganhou. Só que o Bordeaux era meu colega desde o Colégio Militar, dormíamos no mesmo quarto, éramos amicíssimos, mas eu ia pela esquerda, e ele pela direita. Quando veio o golpe, o Bordeaux, como presidente do diretório, nos defendeu com toda a firmeza. O pai dele, o brigadeiro Bordeaux Rego, que logo depois do golpe assumiu um altíssimo cargo, chegou a comandante da 3ª Zona Aérea, também nos defendeu, mas não conseguiu evitar a expulsão. O Bordeaux é meu amigo até hoje. Foi para a Embratel e lá teve uma trajetória muito bonita, deu aula no ITA, é um cara brilhantíssimo, grande engenheiro eletrônico. Quando me elegi presidente do Clube de Engenharia, fez parte da minha chapa, no conselho diretor.

Como foi o episódio da expulsão?

Eu estava no quinto ano, não era do diretório, até porque tinha perdido a eleição, mas era um dos representantes da minha turma. Cada turma tinha três representantes, que formavam o conselho. O golpe foi no dia 1º de abril, e já no dia 8 eles foram ao ITA e levaram um grupo de pessoas, entre as quais o Becker e o Gílcio. Não fui preso naquela primeira leva, mas, como representante de turma, ia diariamente ao brigadeiro Montenegro, que tinha sido um dos criadores do ITA e naquele momento comandava o CTA — Centro Tecnológico da Aeronáutica — cobrar a libertação dos colegas. O brigadeiro devia me achar abusadíssimo. Eu ia lá e dizia: “Que absurdo, eles estão perdendo prova...” Até que um belo dia, a polícia veio à minha casa no Lins, procurar Raymundo de Oliveira. Minha mãe, muito viva, disse: “Ah, sim, pois não.” Mostrou todos os documentos do meu pai, que não estava em casa, e eles disseram: “Mas deve haver um engano, porque o Raymundo que estamos procurando é estudante, não é o seu marido.” Ela: “Ah, bom...” E me avisou: “Olha, a polícia esteve aqui.” Vim correndo ao Rio saber notícias, vi que estavam atrás de mim e voltei para o ITA, praticamente para ser preso. Resolvi voltar de qualquer maneira. Ia fazer o quê? Não ia cair na clandestinidade.

O senhor tinha ligação nessa época com algum organismo de esquerda, AP ou outro?

Não. Se eu fosse dizer alguma coisa, diria mais ou menos o seguinte: eu era muito próximo do Partidão. Concretamente não era do partido, não tinha chegado a pedir filiação, até porque não havia naquela altura uma organização forte no ITA, pois tínhamos que estudar muito. Nenhum de nós, formalmente, estava ligado a nada, mas, se nos perguntassem, diríamos: “Somos do partido.” É um pouco diluído o que estou dizendo, mas a vida no ITA era diluída mesmo, não era como aqui, onde havia bases.

Mas enfim, estou eu de volta ao ITA, e chega a notícia de que eu tinha que prestar depoimento em São Paulo. Esse era o apelido que davam para prender a gente. Todo mundo que ia a São Paulo ficava preso. Ia prestar depoimento e não voltava. Uma kombi nos buscou. Fomos presos no dia 14 de maio de 1964, ficamos um pouco em São Paulo, e em seguida nos levaram para a base aérea de Itapema, uma cidadezinha vizinha de Guarujá. Ficamos presos três meses. Depois disso, e de vários depoimentos, fomos soltos — porque havia prazo para essas coisas —, mas se iniciou um processo contra nós.

É estranho: ao que parece, não havia mesmo uma atividade política no ITA importante o suficiente para justificar uma prisão de três meses ou um processo.

Foi totalmente desproporcional o que houve conosco. O ITA não fazia política, não era nem filiado à UNE, mas a Aeronáutica veio com uma garra enorme. Provavelmente eles tinham ódio porque tínhamos feito aquela assembléia para filiar o ITA à UNE, ganhamos uma eleição... Mas isso não era nada. Não éramos perigosos para merecer três meses de prisão. Fiquei preso de maio a agosto. Lembro que estava preso quando Juscelino foi cassado. Gozado foi que nesse momento li *Ascensão e queda do III Reich*, do Shirer, quatro volumes.² Eu lia, olhava pela janela, via lá fora o arame farpado... Ele descrevia muito esse tipo de campo de concentração.

Uma coisa que acho importante dizer é o seguinte: o sargento especialista da Aeronáutica é uma figura interessante. O oficial da Aeronáutica, me desculpem, mas é um homem que dirige avião. Não deve ser muito mais difícil do que dirigir um automóvel, até por problemas de trânsito... Mas o sargento especialista não, é um técnico. Tem que ler inglês, tem que fazer cursos, tem que dar manutenção nos aviões que vão chegando. O que aconteceu foi que nos prenderam e nos deixaram três meses com mais de 100 sargentos especialistas, figuras interessantíssimas, técnicos em comunicações. Eu, no quinto ano,

² William Lawrence Shirer, *Ascensão e queda do III Reich* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962).

posso dizer tranqüilamente que aprendi muito com eles. Me lembro muito do sargento Almeida. Sabem o que nós fazíamos durante esse período? Às vezes nos reuníamos, eu dava aula de eletrônica para eles, e eles nos davam aula de Brasil, porque conheciam o Brasil inteiro, de norte a sul. Fazíamos cursos, informais, mas sistemáticos. Éramos uns 10 do ITA, e o resto eram sargentos e soldados. Havia também dois professores do ITA que acabaram sendo presos e ficaram lá conosco.

Não houve maus-tratos?

Não houve nenhum mau trato. Houve interrogatórios. Eram dois grandes alojamentos, com camas beliche, e ficávamos todos juntos. Era um ambiente tranqüilo, tudo normal, todo mundo amigo — uma enorme fraternidade. Em geral, juntávamos toda a comida que as famílias levavam para distribuir por todo mundo. Era um ambiente muito solidário.

Como foi a saída da prisão?

Fomos soltos tendo que prestar depoimento, tendo que assinar papel em São Paulo, proibidos de entrar no ITA... Até que me liberaram, e vim para o Rio. Vim preocupado, porque me diziam que estavam atrás da minha noiva, que é a atual avó dos meus netos. Quando fui interrogado, o capitão Melo, que dirigia o inquérito, uma figura pessoalmente horrorosa, dizia: “Nós vamos pegar a sua noiva, estamos no rastro dela...” Ela, àquela altura, estava escondida num sítio. Quando vim para o Rio consegui encontrá-la, e aí ficou aquela história: como é que nós vamos fazer, vamos fugir do país, vamos para o Uruguai... Casamos, as coisas foram abrandando, e acabamos ficando.

Segunda prisão

Quando casei, em outubro de 1964, pensei: vou ter que ganhar a vida; vou morar com meu pai, mas tenho que trabalhar. Procurei o velho COS do curso pré-vestibular e me ofereci para dar aulas. Como eu tinha sido ótimo aluno, fiz apenas um teste e virei professor. Dava aula de matemática, de física, e vivia disso. Mas eu também tinha que me formar em engenharia. Procurei a Nacional e a PUC, mas nas duas, na transferência, você só podia entrar no quarto ano, não podia entrar no quinto. A única escola de engenharia

que funcionava por cadeira, e não por curso, era a Fluminense. Pedi transferência para lá e consegui, graças ao diretor Otávio Cantanhede, engenheiro famoso, irmão do Plínio Cantanhede, que foi prefeito de Brasília. Nós o procuramos, e ele nos matriculou, a mim e mais três. Em 1965, afinal, me formei engenheiro eletricitista.

No início de 1966, fiz concurso para a Petrobrás e entrei. Fui trabalhar na área de pesquisa operacional, uma área moderna, em que se lidava com modelos matemáticos. Era do que eu gostava. Um ano depois, estou lá fazendo modelos de programação linear para compra de petróleo, e o que acontece? Alguém avisou ao SNI, e sou expulso da Petrobrás. Fiz então exame para a IBM e fui trabalhar lá. Mas, nesse meio tempo, no final de 1965, antes de me formar, tinham me avisado de uma vaga de monitor na Escola de Engenharia no Fundão. Fui lá, me apresentei e comecei a dar aulas. Em 1966 deixei de ser monitor, me tornei professor, e adiante fiz concurso público — hoje sou professor concursado, adjunto último nível, do Instituto de Matemática. Por que Instituto de Matemática? Na cadeia, pedi o livro do Apostol, que era um livro de análise matemática bem avançado para a época, li e adorei. Já era bom aluno de matemática e virei professor de matemática graças à cadeia, porque pude ler um livro sistematicamente, durante três meses. Mas o curioso é que quando fui expulso da Petrobrás, não me expulsaram da UFRJ.

Nesse período, quando voltou para o Rio de Janeiro, depois da prisão, o senhor atuou politicamente? Atuava na UFRJ?

Quando voltei, procurei contato com o partido. Descobri a base dos engenheiros no Rio e fiquei em contato com eles. Na verdade, eu já me considerava do partido. Com a prisão então, mais ainda. Mas nunca fiz trabalho de partido organizado na UFRJ. Minha base era a dos engenheiros. Foi por ela que participei em 1967 do VI Congresso, o famoso congresso do racha.

Em 1971, fui preso de novo. Minha irmã tinha sido presa, e pouco depois eu fui também. Minha irmã se chama Ângela de Oliveira Muniz e é mulher do Carlos Alberto Muniz, que foi um líder estudantil importantíssimo, foi quem substituiu Vladimir Palmeira na direção da UME, União Metropolitana dos Estudantes, atual UEE. O Muniz era dirigente do MR-8. Fui preso no dia 13 de maio, dia da libertação dos escravos, indo para a IBM, na saída do meu prédio, e só fui solto 40 dias depois — era o prazo depois do qual eles tinham que formalizar a prisão. Fiquei 10 dias no Galeão sendo interrogado, mas nunca fui torturado. Minha irmã Ângela foi barbaramente torturada na PE, mas não foi o

meu caso. Eu até diria, como folclore, que num dos interrogatórios, eu de capuz, um cara me deu um pisão no pé, como se eu o estivesse gozando. Coisa que eu não estava, porque num depoimento você tem que saber cada mentira que diz, tem que estar com a cabeça fria, não pode se dar a nenhuma brincadeira.

Depois de 10 dias, me acordaram de madrugada, me deram a minha roupa, porque o tempo todo eu fiquei só de camisa e cueca, me enfiaram um capuz e me puseram num carro com dois caras armados, um de cada lado. Pensei: “Estão me levando para o centro de tortura da PE da Barão de Mesquita.” Mas não era. Me levaram para o Santos Dumont, me puseram num aviãozinho de brigadeiro e me levaram para a Bahia. Eles estavam de olho na Bahia, onde o Lamarca morreria alguns meses depois, em setembro; aliás, no dia de hoje — eu queria neste momento homenagear o meu companheiro Carlos Lamarca, que morreu no dia de hoje, 17 de setembro de 1971.³ Chegando à Bahia, começaram os interrogatórios, andei por vários quartéis, e depois de 30 dias me soltaram, lá mesmo. Peguei o meu cartão Diners, fui a uma agência de turismo, comprei uma passagem, dormi na casa de um amigo meu da IBM, no dia seguinte peguei um avião e vim. Esse amigo abriu um uisquinho, ele não bebia, tomou uma dose, e eu tomei toda a garrafa. No dia seguinte, no avião, ainda estava tonto, de tanto que bebi.

Chegando ao Rio, fui à IBM. Eles me pagaram integralmente aquele período. Minha mulher conseguiu receber inclusive o dinheiro do Fundão, o que era difícil porque era uma instituição pública. Um amigo meu que era professor da UFRJ, almirante Radival, ajudou. Voltei para a IBM, e a IBM queria me mandar para o exterior. Mas eu não queria ir, precisava ficar no Brasil, continuando a luta contra a ditadura. Acabei ficando na IBM até final de 74. Quando fez oito anos exatamente que eu estava na IBM, pedi demissão, para ir para o Serpro. Por quê? Porque eu queria trabalhar numa empresa pública. Tinham criado o Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda, vários amigos meus, colegas do ITA, estavam lá e me chamaram para trabalhar. Eu disse: “Vou. Agora, é claro que posso ser demitido. E se eu for demitido, não quero ninguém se solidarizando,

³ A entrevista com Raymundo de Oliveira foi feita em 17 de setembro de 1999.

O capitão Carlos Lamarca fugiu do 4º Regimento de Infantaria, no Rio Grande do Sul, no dia 25 de janeiro de 1969, juntamente com Darci Rodrigues, José Mariani e Carlos Roberto Zamirato, levando 63 fuzis FAL, 10 metralhadoras INA e munição. Todos ingressaram na VPR, onde Lamarca passou a liderar uma série de ações armadas contra o regime militar. Lamarca comandou a instalação de um acampamento para treinamento militar no vale da Ribeira, em São Paulo, que foi descoberto e desarticulado pelo Exército em 1970. Em maio de 1971, deixou a VPR, ingressou no MR-8 e começou os preparativos para criar um foco guerrilheiro em Buriti Cristalino (BA). O Exército montou uma grande operação militar, liderada pelo major Nilton Cerqueira, e depois de longa perseguição Lamarca foi morto em 17 de setembro de 1971. Ver *DHBB*, op. cit

porque senão se destrói todo esse grupo de gente muito boa que está aí.” Pedi demissão da IBM, e eles queriam que eu ficasse. Eu me lembro que uma vez a deputada Sandra Cavalcanti declarou que eu tinha saído da IBM por razões políticas. Não é verdade, pedi demissão. Tanto que o meu Fundo de Garantia continuou preso, não fiz aquele acordo para tirar, porque politicamente era importante eu me demitir. Nunca tive problemas com a IBM, tenho amigos lá até hoje. A IBM, em 1971, ajudou a salvar a minha vida, porque se mexeu para me localizar. Demorou uns 20 dias até me localizarem. Quando fui localizado, eu já estava na Bahia. Minha mulher foi lá com meu irmão Amarino, que é médico radiologista do Samaritano.

Como foi sua experiência no Serpro?

Foi boa. Havia lá um grupo muito bom, formado nessa época. Gente da vanguarda tecnológica. Tanto que esse grupo, adiante, criou a reserva de mercado para a informática. Mas depois de um ano no Serpro, em 1975, fui demitido, por ordem superior. Eu disse: “Estava previsto, não é...” Eu era chefe da Divisão de Sistemas Especiais, uma divisão muito grande, com umas 200 pessoas e três núcleos, um no Horto, um no Ministério da Fazenda e um na Lapa. Reuni então a minha equipe do Horto, veio todo mundo, e fiz um discurso: “Acabo de ser demitido do Serpro por minhas idéias políticas. Vou sair daqui, vou ganhar mais, enquanto muita gente nesse país vai passar fome...” O pessoal chorava. Fui para o Ministério da Fazenda, reuni todo mundo e repeti o discurso. Só que no Ministério da Fazenda, a minha seção era em cima do SNI, que deve ter escutado e deve ter ficado morrendo de ódio de mim.

Quando fui expulso do Serpro, fui trabalhar na Promon Engenharia como gerente de computadores, e lá fiquei três anos. Para mim foi interessante profissionalmente, porque a Promon era uma empresa de consultoria, e eu dava apoio de informática. Acabei virando homem de computador por causa da IBM, e dava apoio para cálculo das fundações de Angra, para cálculo da estrutura do CEPTEL, para cálculo das linhas de transmissão de Itaipu... Isso tudo acabou me dando uma grande visão de vários campos da engenharia. Até hoje procuro usar isso no curso de cálculo numérico que dou na UFRJ. Sou professor de cálculo numérico, mas como não venho da matemática, e sim da engenharia, dou um curso de matemática aplicada completamente diferente, muito mais prático. Afinal, depois de três anos de Promon, em 1978, fui eleito deputado estadual.

Nesse período depois que saiu do Serpro, o senhor continuou dando aulas no Fundão?

Isso é o que eu ia dizer. Fiz um discurso como deputado em que dizia: “Ditadura surrealista! Me prendeu duas vezes, em 64 e 71, me expulsou do ITA, me expulsou da Petrobrás, me expulsou do Serpro, e não me tocou no Fundão, quando a minha grande base política são os meus ex-alunos!” Deve haver mais de cinco mil engenheiros formados que foram meus alunos. É impossível eu entrar numa empresa de engenharia sem que se levante alguém e venha falar comigo.

O amigo de todos

Quando o senhor começou a se aproximar do MDB?

Eu diria que de início eu era contra o MDB, a favor do voto nulo. O MDB, para mim, era o partido do “sim, senhor”. Nada de MDB. Nessa altura, eu estava bem à esquerda da posição do Partidão, mas também não era uma pessoa diretamente ligada a outra organização. Era uma pessoa muito querida, com muitos amigos. Lamarca, por exemplo, foi muito meu amigo. Quem também ficou muito meu amigo foi Joaquim Câmara Ferreira, que substituiu o Marighela quando ele morreu.⁴ De vez em quando eu jantava com ele — fazia sempre questão de jantar num lugar bom —, pedia beringela recheada, e ele dizia: “É o manjar dos deuses!” Nessa época, ele era o homem mais procurado do Brasil. Eu gostava muito dele. Quando morreu — li num domingo na primeira página do *JB*: “Morre em São Paulo substituto de Marighela” —, eu ia encontrá-lo na quarta-feira em São Paulo. Eu era amigo, enfim, de algumas pessoas de absoluta confiança da cúpula de algumas organizações, como o Muniz; de desaparecidos políticos, como o Wilson Silva... O Wilson era analista de sistema, um belo dia fui dar uma aula e ele estava lá como aluno. Ele sabia quem eu era, mas eu não sabia quem era ele. Passamos a

⁴ Joaquim Câmara Ferreira, nascido em São Paulo, ingressou no PCB em 1933. Durante o Estado Novo foi preso mais de uma vez pelo Dops paulista. Em 1946, em decorrência da redemocratização e da legalização do PCB, foi eleito vereador em Jaboticabal. Com a cassação do registro do PCB em 1947, perdeu o mandato e no ano seguinte viajou para URSS. De volta ao Brasil, continuou a exercer intensa atividade política no PCB. Em 1964, após o golpe militar, foi preso e logo em seguida libertado. Em 1968 fundou, juntamente com Carlos Marighela e Virgílio Gomes da Silva, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Atuou na clandestinidade até 23 de outubro de 1970, quando foi preso pelo delegado Sérgio Fleury e levado para um sítio clandestino onde foi torturado e morto, segundo o depoimento de Maria de Lurdes Rego Melo. A versão oficial do Doi-Codi paulista dizia que Câmara havia tido problemas cardíacos após a prisão. Ver Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE, *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (Recife, CEPE, 1995).

ser muito amigos. Está na lista dos desaparecidos. Ele e a Ana Rosa Kucinski, sua mulher.⁵ Eu adorava os dois.

A primeira vez que eu apoiei o MDB foi na campanha do Lysaneas em 74. Quase todo o pessoal que defendia o voto nulo fez o mesmo. É engraçado, porque cheguei a discutir com Lysaneas, que já era deputado. Ele tinha sido eleito em 70 com uma votação pequena. Em 74 já era um grande nome, e o procurei, para mostrar por que era contra ele ser candidato: ele estava endossando a ditadura, o caminho não era aquele... No meio da discussão — não só com ele, mas com os companheiros —, mudamos de posição. Fui então procurá-lo de novo e disse: “Você tinha toda razão. Estamos aqui para apoiá-lo”. Aí entramos para o MDB e fizemos a campanha dele. Ele teve 97 mil votos, uma votação espetacular. Pouco depois foi cassado, no governo Geisel.

Quem eram esses seus companheiros? O grupo de engenheiros do PCB?

Não. Era um grupo de esquerda. Por exemplo, uma figura a quem eu era profundamente ligado era o Antônio Carlos de Carvalho, o Tônico.⁶

Tônico era dirigente do MR-8. O senhor entrou para o MR-8?

Vou dizer o seguinte: eu era considerado muito próximo, por causa do Muniz, por causa do Tônico, mas também era amicíssimo do Câmara, do Wilson...

Nunca chegou, então, a ser completamente do MR-8?

Eu diria que sim. Eu era tão próximo deles, me reunia sistematicamente... Nunca assinei uma ficha de filiação, mas tenho certeza de que eles me consideravam do quadro, como eu também me considerava. Só que eu era uma pessoa, eu diria, sem modéstia, muito

⁵ Wilson Silva, físico, militante da ALN, trabalhava na Servix, em São Paulo, quando foi preso em 22 de abril de 1974 juntamente com sua mulher, Ana Rosa Kucinski Silva, professora do Instituto de Química da USP. Depois desse dia nunca mais o casal foi visto, e seus nomes constam da lista dos desaparecidos do grupo Tortura Nunca Mais. Idem, *ibidem*.

⁶ Antônio Carlos de Carvalho (Tônico), engenheiro, foi aluno de Raymundo de Oliveira e militante do MR-8 até morrer, em 23 de novembro de 1993. Em 1976 foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, na legenda do MDB. No dia 27 de agosto de 1980, organizações extremistas de direita enviaram uma carta-bomba ao seu escritório, mas ninguém foi seriamente ferido. Nesse mesmo dia outra carta-bomba foi enviada à sede da OAB-RJ, endereçada ao presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, e acabou provocando a morte da funcionária Lyda Monteiro da Silva.

mais ampla. Eu era um cara com quem o PC do B, por exemplo, tinha íntimas relações. Quando João Amazonas⁷ chegou aqui, depois da anistia, tive uma conversa longa com ele. Eu era muito ligado.

Nunca teve cargo de direção nessas organizações de esquerda?

Formalmente, não. Mas eu era tão ligado a eles que eu diria que eles me consideravam uma pessoa até de direção. Eu diria o seguinte: eu me considerava um homem organizado, e eles também me considerariam, mas não era uma coisa formalizada num pedaço de papel. A minha relação era uma relação muito de simpatia. Vamos admitir assim: de 74 a 80, eu poderia dizer que era bem ligado ao 8. E mais no final, de 78 a 80, eles me consideravam um homem até de direção, embora nunca isso precisasse ser escrito. Confiavam em mim pessoalmente.

O senhor parece ter tido realmente uma ampla rede de relacionamentos pessoais com a alta direção das organizações de esquerda. Como conheceu, por exemplo, Joaquim Câmara Ferreira?

Um dia o Câmara me procurou, através de um amigo de São Paulo, usando o nome de Washington. Eu não tinha a menor idéia de quem era ele. Fizemos uma primeira reunião, nos encontramos algumas vezes, ele me pediu algumas coisas de que eu não me lembro, discutimos e ficamos ligados. Isso deve ter sido em 69, porque eu lembro que Marighela não tinha morrido ainda. Eu não tinha idéia de quem era o Câmara. Quer dizer, eu era uma pessoa que talvez inspirasse confiança a ponto de ele vir me procurar e nós

⁷ João Amazonas, nascido em Belém do Pará, trabalhava em uma fábrica de massas alimentícias quando ingressou no PCB, em 1935. Apoiou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi preso nessa ocasião, mas não sofreu condenação e foi logo posto em liberdade. Durante o Estado Novo, sua militância no PCB e sua atuação no movimento sindical no Pará lhe renderam várias prisões. Em 1941, juntamente com Pedro Pomar, fugiu da prisão e dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no Sindicato da Construção Civil. Em 1943 participou da Conferência da Mantiqueira e passou a integrar o comitê central do PCB. Com a redemocratização do país em 1945, foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, mas perdeu o mandato após o cancelamento do registro do partido em 1947. Continuou atuando na clandestinidade e tornou-se um dos principais líderes do PCB até ser expulso em 1960 em função de divergências internas. Em fevereiro de 1962, ao lado de Maurício Grabois e Pedro Pomar, fundou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi escolhido secretário-geral da organização e participou de diversas ações, entre as quais a chamada guerrilha do Araguaia. Em 1973 viajou para Albânia, onde permaneceu até a anistia, em agosto de 1979, quando retornou ao Brasil. Ver *DHBB*, op. cit.

termos alguns anos de contato. Tanto que eu ousou dizer que, no final da vida do Câmara, eu era um amigo dele.

Essas pessoas que o procuravam o estavam cooptando para as organizações?

Talvez. Mas o Câmara, por exemplo, achava a questão partidária uma questão superada. Quando alguém queria organizar partido, ele dizia: “Fulano tem uma visão partidista.” Na ALN eles tinham, vamos supor, os grupos de combate. Não havia o partido ALN, que tivesse um centralismo, reunisse as suas células. Não havia isso.

O senhor pensou em entrar para a luta armada?

Eu diria que eu era um apoio da luta armada. Mas nunca achei que dar tiro seria a minha função. Se naquele momento tivesse sido preciso cair na clandestinidade, todos sabem que eu teria caído. Mas não era preciso. Fiquei legal o tempo todo, nunca fui clandestino. Mas reparem: mesmo quando houve o racha do Partidão, no VI Congresso, por exemplo, minha posição foi a de me aproximar de quem? Do Mário Alves,⁸ do grupo à esquerda. Embora eu nunca tenha sido formalmente do PCBR, naquele racha eu estava com eles. Eu até diria que as pessoas me respeitavam. Eu era uma figura querida, mas nunca o Mário Alves, com quem tive alguns contatos, chegou para mim e disse: “Assina a ficha do PCBR.”

Particpei do Partidão até o VI Congresso. Quando veio o racha e explodiu tudo, eu me liguei ao grupo que naquele momento se chamava Corrente. Depois saiu um grupo para o PCBR, um grupo para o PC do B... Nunca fui do PCBR, não cheguei a me ligar a ele, mas estava ali. Por outro lado, meu cunhado, Muniz, era dirigente da Dissidência Comunista. Eu estava muito perto dele, mas não era da Dissidência. Nunca me chamaram para ser da Dissidência, embora eu fosse muito ligado a eles, amigo deles. Eu diria que o meu caso é *sui generis*: eu era amigo dos caras.

⁸ Mário Alves de Souza Vieira, nascido na Bahia, passou a integrar em 1945 o comitê estadual do PCB, e em 1957 foi eleito para o comitê central. Após o golpe de 1964 foi preso, mas um ano depois foi libertado por um *habeas-corpus*. Mudou-se para o Rio de Janeiro e continuou a militar na clandestinidade. Por ocasião do VI Congresso do PCB, em 1967, foi expulso com outros militantes e fundou, em 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual foi escolhido secretário geral. Em 16 de janeiro de 1970 foi preso no Rio pelo Doi-Codi e de madrugada foi torturado e morto, segundo várias testemunhas. Em 1º de dezembro de 1987, a União reconheceu a responsabilidade por sua morte, no primeiro caso desse tipo. Ver Grupo Tortura Tortura Nunca Mais - RJ e PE, *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (Recife, CEPE, 1995).

Mas como ficava sua posição diante dessas pessoas, desses grupos com orientações e táticas muitas vezes diferentes?

Acho que nunca ninguém procurou me impor nada, nunca o Câmara veio discutir comigo: “Você concorda com a nossa linha?” Eu me lembro que uma vez eu é que dei um documento na mão dele, dizendo o que achava que precisava ser feito em termos de linha política. Empurrei. Eu era metido, não é: “Olha o que eu acho que se tem que fazer. É uma contribuição que eu te dou. Análise do momento.” Eu me lembro que no meu documento eu falava em reforma agrária, mas ele achava que reforma não era uma palavra boa, tinha que ser “revolução agrária”. O importante é que o Câmara era um homem da corrente do Marighela que achava que todas as formas de organização partidária estavam superadas. Na linha um pouco do Debray, da *Revolução na revolução*.⁹

Eu diria que o meu caso era realmente um caso à parte, e que as pessoas me respeitavam. Se você me perguntar como foi que eu entrei para o 8, eu diria que não houve uma data. Eu era intimamente ligado ao pessoal, o Muniz estava ali precisando de ajuda, e eu fui apoiando, apoiando, apoiando. Pode parecer estranho eu dizer que meu caso é *sui generis*, mas é como sinto. O aprofundamento da minha ligação com o 8, mais ou menos a partir de 73, 74, se deu num momento em que nem existia mais o resto. O que é que existia? A ALN não existia mais, a VPR não existia. Ali, quando eu estava com o 8, só havia o 8, o resto já tinha acabado. O Muniz era meu amigo, e o apoio que eu dava era a eles.

Como era a sua relação com o PC do B?

Nunca fui quadro do PC do B, mas namorei muito. Eu diria que quando me elegi, em 78, o PC do B devia me achar quase um quadro deles. Não era, mas eles achavam que as minhas contradições com o 8 eram muito grandes. Até pelo meu jeito. O 8 era considerado um grupo mais durão, e eu era considerado um cara mais “diluído” — essa era uma expressão que se usava muito. Houve um episódio engraçado que caracteriza um pouco a questão. Estamos eu, algumas pessoas do 8 e do PC do B reunidas para discutir o lançamento da campanha da Constituinte. O PC do B diz que aquele é o “primeiro

⁹ Regis Debray, *A revolução na revolução* (São Paulo, Centro Editorial Latino Americano, s. d., tradução de Révolution dans la révolution, Paris, F. Maspero, 1967).

comício” pela Constituinte, e o MR-8 diz que é o “primeiro encontro”, porque comício é uma coisa grandiosa. Começam a discutir se é primeiro encontro ou primeiro comício, e eu estou vendo aquela besteirada, aquela bobageira de discussão. Aí entra o ex-deputado Paiva Muniz, do PTB, e diz: “Não vamos chamar de encontro, porque encontro é uma coisa grandiosa, vamos chamar de comício, que é uma coisa que está começando”... Quer dizer, era o mesmo raciocínio invertido. Podia ser até que fosse ao contrário, não interessa, mas eu me lembro que pensei com meus botões que aquilo não tinha nenhuma importância, e votei contra o 8. O que eu quis fazer com o meu voto? Quis oferecer um processo educativo para os companheiros do 8, isto, é, mostrar que você não tem que levar o centralismo democrático a esse limite. Eu não tinha nenhuma razão para votar contra, mas votei para dizer a eles que aquilo não era importante. Eu me lembro que os companheiros ficaram com raiva de mim, mas eu disse: “Votei e votava de novo, para mostrar que não é importante ter centralismo numa bobagem como essa.” Isso mostra um pouco a característica da esquerda: o sectarismo, a briga por bobagem. Na minha campanha havia uma divisão enorme: uns queriam que se falasse em governo popular e outros em governo democrático e popular. Isso levava a uma enorme divergência! Eu era uma cara que necessariamente diluía isso. Por isso é que diziam: “Raymundo é meio diluído, não é um cara firme na posição.”

As campanhas do MDB

Como foi, afinal, a campanha de Lysaneas Maciel em 1974?

Eu e o Tônico passamos a fazer a ligação do Lysaneas com o pessoal, inclusive com o próprio 8. Era a campanha do grupo autêntico, bem à esquerda. Eu, por exemplo, com alguns companheiros, ajudei a discutir documentos de campanha. Nossa aproximação foi muito sólida.

Depois da eleição de 1974, o senhor e seu grupo passaram a fazer política de diretório no MDB? Tentaram ocupar diretórios no Rio?

Tentamos. Nós tínhamos dificuldade de filiar a nossa gente nos diretórios do Rio por causa do Chagas. Os diretórios do Rio eram feudos. Havia poucas zonas eleitorais em que tínhamos espaço: uma era a 3ª Zona, de Laranjeiras, e outra era a 16ª, do Flamengo.

Chegamos a ter a direção da 16ª Zona Eleitoral, com a Olga D'Arc, grande figura. Nesses dois diretórios a esquerda tinha força, mas o resto era do grupo chaguista, e nós tínhamos a maior dificuldade. Mas aproveitávamos tudo. Criamos muita discussão política e fomos avançando. Surgiu também, nesse momento, a questão das associações de moradores. Já como deputado, o que vai acontecer adiante, levei dezenas de estatutos de organização para as associações de moradores discutirem. As primeiras associações tinham uma representatividade que depois caiu. Quando se aproximou um governo mais à esquerda, com o Brizola, elas contraditoriamente se arreentaram. Acho que cresceram reivindicando, enfrentando o poder constituído. Na hora em que isso se diluiu, muitas delas se apelegaram, e aí se enfraqueceram.

O senhor fez a campanha do Tônico para vereador em 1976?

Fiz. Em 76, eu me lembro que se discutiu que eu poderia ser o candidato a vereador do 8, mas nós optamos pelo Tônico. Quando se lançou o nome dele, ninguém sabia direito quem ele era. O Partidão apoiou o Frejat,¹⁰ e me lembro que alguém disse que nós íamos dividir. Respondi: “Não, vai haver espaço para os dois.” Fizemos a campanha do Tônico, e o resultado foi espetacular: aquele garotinho teve quase 40 mil votos! Tônico era muito meu amigo. Quando fui preso em 71, foi um dos que me salvaram. Era meu aluno no Fundão e foi lá com os colegas de noite, para pichar o Fundão inteiro: “Liberdade para o professor Raymundo!” Era muito querido.

Há uma história interessante do Tônico, que eu gostaria de contar. Em 1970, ele foi cercado pela repressão, dirigindo um carro roubado no qual havia algum armamento. A pessoa que estava com ele conseguiu fugir. No depoimento que fez na PE, na Barão de Mesquita, sob tortura, ele disse o seguinte: não tinha carteira de motorista, mas estava aprendendo a dirigir. Passou um carro, cujo motorista ele conhecia de vista. Pediu carona, e em seguida pediu para dirigir o carro, para treinar um pouco. Nesse ponto chegou a repressão, e ele foi preso. Logo, não sabia quem era o dono do carro, que tinha fugido, nem

¹⁰ José Frejat atuou ativamente no movimento estudantil entre 1947 e 1951 quando cursava a Faculdade Nacional de Direito. Em 1950 chegou a ocupar a presidência da UNE em virtude da renúncia de José Antônio Rogê Ferreira. Em 1958, tentou uma cadeira na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal na legenda do PSB, porém não obteve sucesso. Com a instauração do bipartidarismo em 1965, ingressou no MDB, onde se ligaria ao chamado grupo autêntico do partido. Em 1976 foi eleito vereador no município do Rio de Janeiro, e em 1978, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Com o fim do bipartidarismo ingressou no PDT, passando a integrar a comissão executiva do partido. Ver *DHBB*, op. cit.

qual era a origem das armas! Manteve essa história durante 40 dias, sendo barbaramente torturado. A única coisa que admitia era que estava dirigindo sem documento.

Como foi sua campanha, em 1978?

Quando chegou 78, eu era um nome natural. Não houve nenhuma pessoa naquele momento que tivesse questionado o meu nome como candidato. Eu era o grande desaguadouro das forças de esquerda. Houve outros candidatos, claro. Houve a Heloneida, o Francisco Amaral, o Eudes, que eram bons companheiros, mas no nosso grupo ninguém discutiu. O PC do B na mesma hora me procurou para discutir uma linha política para a minha campanha, me ajudou muito na formulação e fiquei gratíssimo. Tanto que, quando me elegi, levei para o meu gabinete um companheiro do 8, Jorge Venâncio, e um do PC do B, Arlindenor. Essa era outra coisa que também irritava um pouco o 8, mas eu fazia questão, para mostrar que não achava importante marcar divisões. Por isso é que eu digo, dependendo de como você define o que é um quadro numa organização dessas, eu questiono até que ponto eu era um quadro. Tanto que o PC do B todo me apoiou. Um pedacinho do PCB também, um segmento de ex-militares. Eles apoiaram principalmente a Heloneida e o Alves de Brito, mas um grupo menor me apoiou.

A eleição de 1978 foi complicada, pois havia um acordo entre Chagas e Amaral Peixoto que acabou não sendo cumprido. De início o senhor mesmo não conseguiu legenda. Como isso foi resolvido?

Esse foi um episódio interessantíssimo. Na biografia do Amaral que o CPDOC fez ele aparece, no livro sobre o Chagas também.¹¹ Vou contar a minha história. Mais ou menos foi o seguinte: eu era o candidato natural, a campanha estava indo, crescendo bonito, todo mundo falando em Raymundo. Na véspera da convenção, quando se formou a lista de candidatos, Amaral mandou a cota dele de nomes, entre eles o meu. Mas, quando saiu a lista, eu e um outro grupo — os nomes principais eram Colagrossi, Paulo Ramos e eu, dos outros não me lembro agora — não saímos candidatos. O que a gente fez quando isso aconteceu? Mobilizamos o 8 todo, o PC do B, os grupos que me apoiavam, e enchemos a galeria da Assembléia Legislativa na hora da convenção do MDB, levando

¹¹ Os dois livros já foram mencionados em notas anteriores: *Artes da Política: diálogo com Amaral Peixoto* (org. Aspásia Camargo et alii) e *Chagas Freitas – perfil político* (org. Carlos Eduardo Sarmento).

faixas com os dizeres “Legenda para Raymundo!” Durante o dia inteiro só se gritava “Legenda para o Raymundo!” De vez em quando eu ia para o plenário, acenava e vinha uma ovação. A convenção foi só isso. Foi uma consagração, a imprensa só falou nisso no dia seguinte, mas o Raymundo não tinha número para começar a campanha. Acontece que no mesmo dia da convenção eu me reuni com o Miro numa das salas da Assembléia e batemos um papo. Eu nunca tinha falado com o Miro na vida.

E com Amaral Peixoto?

O pessoal da esquerda, do Partidão, do 8, do PC do B, era ligado ao Amaral. Naquela luta interna contra o Chagas todos nós éramos ligados a ele, tanto que o nosso nome devia entrar na cota dele. Mas acho que só me reuni com o Amaral depois de obter a legenda. Não me lembro de ter estado com ele antes. Depois estive na casa dele lá no Leblon, na Visconde de Albuquerque. Se estive antes, é uma injustiça que estou fazendo, mas não estou lembrando. Já o Miro, eu nunca tinha visto, a não ser em fotografias. Ele assistiu àquela manifestação na convenção e deve ter-se perguntado: “Quem é esse Raymundo de Oliveira?” Para nós eu era um nome importante, mas para os outros não. Nem para o povo, nem para os chaguistas. Senão eles não tinham feito aquela provocação. Eles não tinham nada de especial contra mim. Talvez tivessem, por exemplo, contra o Colagrossi, que tinha tido uma briga pessoal com o Chagas, mas contra mim, não.

Mas, por exemplo, Alves de Brito não teve problema.

Não. O Brito já era deputado. Era um homem querido, leve, não havia por que ter problema. O Eudes também entrou, era um nome menos conhecido, apoiado pela AP, que não tinha nem de longe a expressão política que os que me apoiavam tinham. Mas, como disse, não acredito que tenha havido uma coisa contra mim, até porque não acho que eu tivesse essa importância. Não creio que tenha havido uma coisa do tipo o SNI se reunir e dizer: “Tirem o Raymundo.” Acho que foi muito mais algo como: “Temos que cortar, já demos muito para o Amaral, vamos cortar esse aqui.” Acho até que se arrependeram, porque me ajudaram muito depois, no final. O que aconteceu? Naquele dia, a convenção foi toda tomada pelo meu pessoal, o dia todo. A uma bela altura, montou-se um encontro e fui para uma sala com o Miro, conversar. Ele disse: “É, Raymundo, vamos ver o que é possível...” Eu estava preocupado, porque, teoricamente, passada a convenção o assunto

estaria encerrado. Mas o caso teve enorme repercussão, e continuamos a conversar. Estive com Erasmo Martins Pedro, que era um homem muito forte do MDB. Estive também com o Artur Pires, que foi presidente do Vasco e era amigo do Erasmo. Bocayuva Cunha, Marcelo Cerqueira, muitos outros também ajudaram. O que acontece é que era complicado. Como é que você ia tirar um nome para botar outro? Mas, dentro do MDB, eles tinham sempre uns “laranjas”, uns caras que completavam as vagas.

Houve também outra coisa. Vocês se lembram que o Magalhães Pinto pretendia ser candidato a presidente e por isso não se candidatou a deputado? Na última hora, não saiu a candidatura à presidência e houve um processo qualquer que viabilizou a entrada dele como candidato a deputado. Naquela brecha legal em que entrou o Magalhães, entrei eu também, no Rio. Foi mais ou menos o mesmo episódio. Entrei como candidato no último dia que a lei permitia. Tanto que todo mundo teve quatro meses de campanha, e eu só tive dois. Até ali, todo mundo tinha legenda, mas o Raymundo continuava sem legenda e sem número! Manter a campanha quente, sem deixar as pessoas irem embora, era difícil, mas consegui. No último dia da lei, eu me lembro, saí correndo pela 1^o de Março para chegar ao TRE e entregar um documento que faltava, por alguma razão. Ganhei legenda e número no último dia: 1698. Aí a campanha cresceu muito. Fazer uma campanha sem dinheiro e ter 60 mil votos! 60.506: é um número que de trás para a frente e de frente para trás é igual.

Além dos grupos que eram mais organizados, que tinham uma militância mais consistente, houve também um grupo de pessoas independentes, que eram contra a ditadura, que o apoiou.

Apoiou. Sem ter vinculação nenhuma. Foi uma campanha que cresceu muito. Como diria Mao Tsé-tung, foi um rastilho na relva seca. Esse episódio da luta pela legenda ajudou, porque falou-se muito no meu nome: “É contra o Chagas.” Eu nunca estive com o Chagas nesse processo. Estive com Miro e depois com Erasmo Martins Pedro, e houve outras pessoas que ajudaram. O Tônico, eu diria que foi o grande coordenador dessas negociações, se mexia até mais do que eu. Era vereador, tinha mandato, enquanto eu não tinha nada, era só um pretendente, candidato a candidato. Afinal fui eleito com uma votação fantástica: 52 mil votos na cidade do Rio, 8 mil em Niterói e pingado no resto do estado.

Seu eleitorado era fundamentalmente a classe média da Zona Sul do Rio. O senhor nunca teve um enraizamento maior na classe operária?

Não. Eu diria que fui, dentro da esquerda, quem mais teve voto no povão, mas ainda assim foi insignificante, comparado ao que tive na Zona Sul do Rio de Janeiro. Tive uma votação grande no Jacarezinho, porque nós tínhamos um trabalho histórico lá. Minha mulher, por exemplo, tinha sido diretora cultural da escola de samba do Jacarezinho; o 8 tinha algum trabalho na comunidade. Uma questão interessante foi a das dobradinhas com os federais. Isso foi um parto! Cada um queria que eu dobrasse com um candidato diferente. Eu me lembro que houve um momento em que o 8 decidiu que a dobradinha ia ser com o Délio dos Santos.¹² Mas a campanha do Délio acabou não crescendo tanto, e a minha principal dobradinha foi com o Modesto. Modesto teve quase 74 mil votos. Chegou a haver dias em que eu e o Modesto tínhamos duas reuniões numa noite. Foi uma campanha de comício caseiro, e a gente não dormia, toda noite tinha reunião na casa das pessoas. De manhã cedo estávamos panfletando numa fábrica, na hora do almoço no centro da cidade, de noite duas reuniões... Era uma luta.

O senhor também fez dobradinha com Marcelo Cerqueira?

Fiz. Marcelo tinha um pouco mais de estrutura, e no final o grande material que eu tinha de campanha era junto com ele. Marcelo é um homem inteligentíssimo, muito meu amigo, foi um grande deputado federal. Nossa campanha podia ter sido muito maior. Havia um certo sectarismo, no início, mas gostei muito dele. No Jacarezinho, o trabalho foi com o Khair.

Um belo dia, apareceu na minha campanha uma denúncia grave: “Há uma faixa do Raymundo com o Miro!” Campanha de 78, Raymundo autêntico, Miro homem do Chagas... Se a gente olhar hoje, vai morrer de rir, mas naquela altura isso era uma denúncia gravíssima, que me desmoralizaria diante das campanhas mais autênticas. Era lá na Zona Oeste, e um grupo foi ver. Era Ubaldo de Oliveira e Miro Teixeira... As pessoas eram tão

¹² Délio dos Santos iniciou sua carreira de advogado na Fundação Leão XIII em 1948. De 1966 a 1970, no governo Negrão de Lima na Guanabara, exerceu a presidência da Fundação. Em 1974 foi eleito deputado estadual na legenda do MDB e em 1978, deputado federal. Com o fim do bipartidarismo em 1979 ficou no PMDB, mas em 1982, por discordar da incorporação do PP, saiu do partido, ingressou no PDT e foi reeleito deputado federal. Ocupou a Secretaria de Transporte do governo Brizola, mas ao fim de dois meses, alegando estafa, pediu exoneração e retornou à Câmara. No fim do seu mandato, desligou-se do PDT e afastou-se da política, retornando à advocacia. Ver *DHBB*, op. cit.

neuróticas, ficavam patrulhando... Se quisessem destruir a minha campanha era pôr Raymundo e Miro. Bobagem, porque o Miro hoje em dia é um dos melhores deputados do Brasil.

Quando o senhor foi eleito, como ficou sua relação com as organizações de esquerda? Elas achavam que o mandato era delas ou era seu?

Elas olhavam para mim como um homem fundamentalmente ligado ao 8, mas uma pessoa de bom diálogo, de trato fácil. O 8, num determinado momento, achava que era dono de mim. É natural. Eu respeitei, reconheci o trabalho que eles tinham feito. Foi a principal organização da campanha. Agora, é claro que o meu discurso sempre foi diferente do discurso deles. Eu uma vez disse para um dirigente do 8 o seguinte: “É, realmente, foi importantíssimo o papel de vocês. Sem vocês eu não teria tido 60 mil votos, teria tido 40, 50 mil...” E teria mesmo. Na minha campanha havia independentes, havia vários partidos, todo mundo quebrando o pau, e no final eu tinha muita liberdade de decidir. Aquilo até me ajudava, eu conseguia, com aquele jogo todo, caminhar bem.

1979-1983: deputado estadual

Naquele quadro, o exercício do mandato foi muito interessante. Quando começou, em março de 79, ainda não tinha havido a anistia — que é de agosto —, e a luta pela anistia e pela Constituinte fazia parte do meu programa. Eu sou uma pessoa que me exponho, e então todo dia ia para a tribuna fazer discurso. Alguns parlamentares são mais recatados, não querem fazer grandes intervenções, mas eu me expunha muito. Quando houve, por exemplo, também em 79, o episódio da Three Mile Island, a primeira usina nuclear que teve um acidente, americana, fiz um pronunciamento, até ajudado pelo Pinguelli, mostrando o que era energia nuclear, o que era o acidente, e dando cacete no americano. Eu estava presente em tudo. Também no início de 79 fiz um discurso duríssimo pedindo o reatamento de relações com Cuba. Eu me lembro que os deputados olhavam para mim: “Esse cara vai ser cassado...” Mas em 79 ninguém mais era cassado. Defendi Cuba, disse que se nós tínhamos relações até com os Estados Unidos, que defenderam esse golpe assassino em 64, como não tínhamos com um país irmão? Isso até me aproximou muito dos cubanos. Havia uma missão de açúcar aqui, e um dia eles foram jantar na minha casa.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu não era um deputado estadual, era um político nacional. Tratava de temas nacionais: luta pela democracia, Constituinte, defesa de Cuba, ataque aos americanos por causa do Three Mile Island... A campanha da anistia nos mobilizou a todos. A anistia não atingia os que tinham “crime de sangue”, e nós estávamos tentando ampliá-la, para soltar todos os companheiros que estavam presos. Eu me lembro que um dia peguei o Miro Teixeira e o levei à Frei Caneca para visitar os presos políticos. Eu e Miro entramos lá para visitar os nossos companheiros que estavam em greve de fome e para ampliar a lei da anistia, que não os atingia. Tenho até uma fotografia mostrando a mim, Miro e alguns artistas. Eu e Marcelo Cerqueira levamos lá também o Teotônio Vilela e um outro senador que era mais atrasado, para visitar os presos e abrir um pouco mais a anistia. Tenho uma fotografia que mostra a mim, Marcelo e Teotônio entrando na Frei Caneca. Grande parte da minha atuação foi nesse campo. Não havia nenhuma das grandes questões sobre a qual o meu mandato não se manifestasse. Você talvez não encontre grandes pronunciamentos meus discutindo o esvaziamento econômico do norte fluminense, ou então a poluição do rio Paraíba, que é o que um deputado estadual tem que fazer. Eu era um deputado estadual, mas das grandes questões nacionais e internacionais. Era muito pretensioso, é ou não é?

Há um documento meu, também, em defesa da Amazônia, com o título “Querem roubar o verde de nossa bandeira”. Quer dizer, querem destruir a Amazônia. Isso tudo nem foi escrito por mim, foi escrito por um grupo de amigos e eu dei a redação final. Foi assinado por mim e pelo Tônico, esse documento. Embora tenha sido um discurso que eu fiz, nós dois assinamos.

Mas então, veio a anistia, e nós soubemos que o Brizola ia voltar. Bocayuva, que a essa altura já era muito meu amigo, Cibilis, Darcy Ribeiro, Raul Ryff, Jorge Roberto e eu — devo estar esquecendo alguém — formamos um grupo para recebê-lo quando ele entrasse no Rio Grande do Sul. Fomos para Porto Alegre, dormimos lá e no dia seguinte pegamos um aviãozinho para São Borja, cidade da fronteira por onde ele entrou. Foi linda a entrada do Brizola no Brasil! Uma porção de cavaleiros, cavaleiros mesmo, bandeira, lenço vermelho... Foi uma maravilha. Houve nessa noite um comício em São Borja, realmente fantástico, animadíssimo, e nesse comício eu defendi a candidatura dele a presidente da República. Mas defendi sem nenhum planejamento. Tanto que o Bocayuva gostava muito de citar isso. Depois até fiquei em dúvida, mas o ânimo ali era aquele, e eu disse: “O homem tem que ser presidente!” Fui aplaudidíssimo. Depois também tive uma reunião fechada com o Brizola, porque ele se reuniu com os parlamentares e ficou uns 10

minutos conversando. Eu, na verdade, já tinha visitado o Brizola duas vezes no Uruguai, em 71 ou 72. Mas foram visitas rápidas.

Mas o MR-8 e Brizola não tinham nada a ver, não é?

Não. Nunca tiveram. Aliás, tinham sempre um pouco de dificuldade. Mas eu, pessoalmente, sempre tive muito boa relação com Brizola. Adiante, o que aconteceu? A ditadura, diante daquele movimento todo, do MDB crescendo, optou por acabar com os dois partidos, porque eleição com MDB e Arena tinha virado plebiscito, e era fácil ver o resultado: a Arena caindo e o MDB crescendo. Quando a ditadura optou por fechar os partidos, defendi que nós todos continuássemos juntos no sucessor do MDB, que era o PMDB. Houve então um debate meu na ABI com Lula, jovem metalúrgico de São Bernardo, e defendi o seguinte: “Acho que você tem que ter a corrente PT dentro do PMDB.” Nesse processo de discussão, Brizola também me procurou, foi à minha casa me convidar para ir para o PDT. Na verdade, ele defendeu o PTB, mas quando deram a legenda para a Ivete, criou PTD, nome que durou um dia, porque a língua não dava. Era difícil de falar e virou PDT. Ele foi me convidar para participar, e eu disse que achava que ele devia criar a corrente trabalhista dentro do PMDB, que não era hora de divisão.

Eu defendia em suma um partido de frente, e eles, Lula e Brizola, defendiam uma frente de partidos. Houve uma grande discussão sobre isso, e eu tinha toda a razão. Vinte anos depois, não tenho que tirar uma linha do que eu dizia. Por quê? Eu dizia: “A ditadura não acabou... Se a gente achar que eles vão acabar com MDB e Arena, que nós vamos criar cinco partidos e vamos juntar os cinco partidos na eleição para dar um pau no PDS, vamos estar achando que eles são incompetentes. Eles vão impedir a união! Ou vão usar a lei eleitoral, para obrigar cada um a lançar o seu partido, ou vão vincular o voto!” Eu me lembro de um debate com o Lula ou com o Brizola em que eles diziam: “Isso seria uma indignidade!” Eu insistia: “Não é hora de dividir, a ditadura não acabou, temos que ficar todos juntos...”

Afinal, o que eu dizia não foi aceito, e cada um fez o seu partido. Magalhães Pinto, Tancredo e Chagas criaram o PP. Nós, o PMDB, com Ulisses e outros. Criaram-se também o PDS, o PTB, o PDT e o PT. Foram esses seis partidos. Adiante, o que aconteceu? O governo vinculou o voto para a eleição de 82, demonstrando que a nossa posição estava corretíssima. Lutamos então pela incorporação de todo mundo ao PMDB. O PP aceitou ser incorporado, mas os outros não. Aliás, a direita do PP, Magalhães Pinto, também foi contra

a incorporação, tanto que ele acabou saindo e foi para o PDS. Mas Tancredo, Chagas, esses se incorporaram. Acontece que o nosso candidato ao governo no estado do Rio de Janeiro era Saturnino Braga. Moral da história: o grande problema para a incorporação que defendíamos era o próprio Rio de Janeiro, porque aí o PP era maioria. O que fizemos então? O primeiro estado a aceitar a incorporação foi o Rio de Janeiro. A incorporação saiu porque saiu primeiro aqui, no lugar que podia “embananar” e não “embananou”. Tivemos uma posição correta, mas muito difícil.

Eu tive um papel importante nisso também. Fiz uma reunião, eu e Paulo César Gomes, que era deputado estadual comigo, do grupo autêntico, com o Jorge Leite, e começamos a conversar.¹³ Eu até me lembro que numa dessas reuniões meu coração vacilou, e acabei indo para o Hospital Samaritano. Cheguei, meu irmão me examinou, e não era nada. Mas era um sinal, eu devia estar reagindo, porque aquilo, cá entre nós, era a minha derrota política. Fui um dos que mais defenderam a incorporação, e na hora que eu consigo o que queria, o candidato ao governo do estado é o Miro! Era completamente impossível defender o Miro! O que foi que aconteceu? Nelson Carneiro foi para o PTB da Sandra, Saturnino ficou com Brizola, e foi aquela confusão que todos viram. O Raymundo, que teve 60 mil votos em 78, caiu para 12 mil e perdeu a eleição, porque os seus eleitores votaram no Brizola. Até ali, ninguém discutia que eu estava eleito. Fiz um bom mandato, trabalhei, participei de tudo. Não houve uma luta a que eu não estivesse presente. Mas como é que o eleitor ia votar no Raymundo e no Miro? Como é que pode? Tenho uma irmã que não votou em mim...

Realmente, a esquerda do PMDB não elegeu ninguém no Rio em 82.

Só elegemos Sérgio Cabral vereador.¹⁴ Mas hoje, 20 anos depois, olhando para trás, uma das coisas de que eu tenho mais orgulho na minha vida pública é daquele

¹³ Paulo César Gomes elegeu-se deputado estadual em 1978 na legenda do MDB. Jorge Leite, eleito deputado estadual em 1970, 1974 e 1978, também na legenda do MDB, era um dos principais articuladores políticos do grupo chaguista. Com o fim do bipartidarismo ingressou no PP, com incorporação voltou para o PMDB, e em 1982 foi eleito deputado federal com a maior votação do partido. Em 1985, foi escolhido candidato do PMDB à prefeitura do Rio de Janeiro, porém foi derrotado por Saturnino Braga do PDT. Ver *DHBB* op. cit

¹⁴ Sérgio Cabral, nascido em 1937, trabalhou em vários jornais cariocas, especializando-se em música popular brasileira. Por ter participado de movimentos grevistas, foi demitido tanto do *Jornal do Brasil* quanto do *Globo*. Em 1969 foi um dos fundadores do jornal *Pasquim*, integrante da chamada “imprensa alternativa”, que buscava abrir espaço para a manifestação daqueles que tinham acesso negado à grande imprensa. Em 1970 foi mantido preso por dois meses, juntamente com outros colegas do *Pasquim*, pelas forças da repressão a serviço do regime militar. Com a redemocratização, filiou-se ao PMDB e elegeu-se

momento. Nós ganhamos a eleição. Mesmo quem votou no Brizola votou na oposição. O PMDB ganhou em nove estados e o PDT em um, ou seja, a oposição ganhou em 10 estados, que representavam 80% do recolhimento de ICMS no país. Dos grandes estados, perdemos só no Rio Grande do Sul. Foi uma vitória espetacular, que só foi possível pela incorporação do PP ao PMDB, e que garantiu a campanha das Diretas, que veio em seguida. Se nós não tivéssemos incorporado o PP ao PMDB, o PDS ia ganhar em muito mais estados, ia ser uma coisa horrorosa. A incorporação foi corretíssima. O justo, na minha opinião, era desde antes o PT e o PDT terem entrado no PMDB. Todo mundo com as suas correntes, mas junto, para manter um partido de frente, e não uma frente de partidos.

Na campanha de 82 nós tivemos que entender que perderíamos o Rio de Janeiro em nome da questão nacional. Mais uma vez eu não fui um político do Rio de Janeiro, fui um político nacional, e estava certo. Para o Brasil foi importante a incorporação, embora para o Rio tenha sido péssimo. Já errei muito em política, mas esse é um dos acertos que eu tenho, porque o que eu disse, quando acabou o bipartidarismo, aconteceu exatinho.

Como foi, na prática, sua campanha em 82? Deve ter sido muito mais difícil, obviamente, que em 78.

Muito mais difícil. Você fazia campanha nos lugares em que antes tinha sido bem recebido, e o pessoal gritava: “Brizola!” Não tinha conversa.

E o PT?

Lysaneas foi para o PT, mas a posição do PT, na minha opinião, também estava equivocada. A minha posição era muito clara, era unir todo mundo no PMDB para derrotar o PDS. Cá entre nós, eu defendia o que aconteceu, só que à custa da nossa derrota.

Como foi a convivência com os chaguistas na campanha?

vereador em 1982. Foi reeleito em 1988 na legenda do PSB e em 1992 na legenda do PSDB. Em 1993 foi eleito pela Câmara dos Vereadores conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Publicou vários livros, entre os quais *ABC do Sérgio Cabral: um desfile dos craques da MPB* (Rio de Janeiro, Codecri, 1979), *A MPB na era do rádio* (São Paulo, Moderna, 1996), *As escolas de samba do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Lumiar, 1996) e *Antônio Carlos Jobim - uma biografia* (Rio de Janeiro, Lumiar, 1997).

Miro se aproximou da esquerda, e a esquerda, por sua vez, olhou para ele e viu o seguinte: “Esse cara é melhor do que a gente tem dito...”

O senhor não tinha contato com ele antes da campanha?

Não. Meu contato com Miro era esporádico. Nós achávamos o mandato dele medíocre. Ele vivia no *Dia*, não era um bom deputado. Você provavelmente não encontrará um voto errado dele, porque ele é muito inteligente, mas aquele mandato foi muito ruim. Eu não tinha como apoiar o Miro, a não ser com uma visão nacional. De lá para cá, ele só melhorou politicamente.

De toda forma, quando começou a campanha, a relação com os chaguistas foi ótima, porque eles precisavam muito da esquerda e não tinham nenhuma discriminação. Nós tínhamos grande espaço para falar nos comícios. A campanha do Miro foi dirigida pela esquerda. Enquanto isso, Chagas ficou meio distante. Miro entendeu que tinha que se afastar formalmente dele e tentou apagar a imagem de chaguista. Fizemos uma campanha que todo mundo achava que seria vitoriosa, porque a máquina do PMDB era enorme, mas não adiantou. Com aquela máquina toda, o Brizola chegou com uma votação lá embaixo e, com o seu carisma, começou a crescer.

Houve um momento importante nessa fase. Sandra começou a campanha disparada, lembram? Eram Sandra em primeiro lugar e Miro em segundo, e ela vinha crescendo. Tenho orgulho de dizer que a primeira queda da Sandra nas prévias aconteceu depois de um pronunciamento que eu fiz criticando a atuação dela na Constituinte — antes do meu mandato, porque ela tinha sido deputada estadual de 1975 a 1979. Fui a um programa de televisão, de entrevistas, que era famosíssimo, ela também foi, em dias diferentes, e me lembro que aquilo teve uma repercussão muito boa. Meu pronunciamento foi fortíssimo, é claro que a máquina do Miro teve interesse em lhe dar realce, e ela teve a primeira queda. E foi importante, porque nós queríamos que o Miro crescesse. Moreira estava em terceiro lugar e Brizola em quarto, a coisa foi andando e, no final, polarizaram Brizola e Moreira. O que aconteceu foi que o povo do Rio de Janeiro era um povo politizado, no sentido de achar que era preciso votar contra a ditadura, e o cara que mais representava o sentimento contra a ditadura era o Brizola, não era o Miro, que tinha uma vida, até aquele momento, dúbia. Então, por mais que o Miro radicalizasse o discurso, não adiantava, porque não tinha credibilidade, pelo mandato anterior dele. Naquele momento, essa era a verdade.

Você só tinha como justificar o apoio ao Miro em nome da questão nacional. Hoje não, hoje eu apoio o Miro, acho que é um grande parlamentar e só posso falar bem dele, mas naquele momento era a questão nacional que nos mobilizava. E acho que estávamos certos. Tanto que foi com aquela vitória que tivemos a Constituinte, e a ditadura acabou.

Mas naquele momento, a moral da história foi que eu perdi a eleição. Coisa que foi a maior surpresa. Nunca imaginei que ia perder. No final da campanha, sim, mas no início não. Quando as pessoas dizem que votaram em mim, sempre pergunto: “Em 78 ou em 82?” Adoro as que votaram em 82. Ali, era difícil votar em mim. Há um documento que escrevi naquela campanha que hoje distribuo com orgulho, mostrando a minha análise. Eu só acertei. Um dos momentos mais grandiosos da minha vida foi aquele. Acabamos com a ditadura.

Será que o fim da ditadura não ia acontecer do mesmo jeito, ainda que não tivesse havido a incorporação do PP?

Acho que a história não pararia, mas, sem dúvida nenhuma, sem a incorporação, o PDS teria tido uma grande vitória. Em Minas Tancredo ganhou do Eliseu Resende apertado. Sem a incorporação, teria perdido a eleição. Vocês acham que o Montoro teria ganho em São Paulo com a divisão? Não teria. E por aí vai.

Mas não foi por causa do PP que o PMDB ganhou em São Paulo. O PMDB já tinha uma força muito grande lá.

O PMDB tinha força, mas na hora em que você uniu todo mundo, você potencializou as vitórias. Põe aí o Paraná, com José Richa, põe aí Pernambuco, Bahia... Pode contar, não tem como discutir, não. É contar e ver.

Longe da Assembléia

Como ficou sua vida depois da eleição de 1982? O senhor continuou no PMDB?

Continuei. Na hora em que me elegi, vi que tinha que me desligar da UFRJ, porque você não pode ganhar de duas fontes, e então pedi uma licença sem vencimentos. Acontece que acho um absurdo um deputado ter que parar de dar aulas. Na véspera de começar o

ano, procurei o meu departamento e disse: “Quero saber qual é a minha turma.” E continuei dando aula, como deputado, só que não ganhava. Quando perdi a eleição, continuei no Fundão, agora recebendo. Procurei também o Bahiense, que era velho amigo meu, para quem eu já tinha dado aulas, e fui organizar a informática lá, tanto que o Bahiense é hoje uma escola que tem uma informática bastante avançada. E vivi um pouco disso. Só em 85, já com a Nova República, foi que a anistia funcionou na Petrobrás. Lembrem-se de que eu tinha sido expulso. Com a anistia, tinha que ter voltado. Mas não me deixaram voltar. Só com Aureliano Chaves no Ministério de Minas e Energia, onde estava pendurada a Petrobrás, e com Sarney presidente, foi que nós fomos anistiados e voltamos, mas sem muito espaço. Só voltei mesmo a trabalhar na Petrobrás em 1987, quando Carlos Santana, diretor comercial da empresa, me chamou para ser seu chefe de gabinete, substituindo o engenheiro Roberto Viola, que foi para os Estados Unidos. Fui o primeiro anistiado que assumiu um cargo alto na Petrobrás. Adiante, o Santana foi a presidente, e continuei como chefe de gabinete. Fiquei três anos com ele. Em 1989, o Collor foi eleito, e em 90 todos nós caímos.

E a política, nesse período?

Em 1986 fui mais uma vez candidato, sempre pelo PMDB. Lutamos para que o candidato a governador do PMDB fosse o Nelson Carneiro, fomos para a convenção, mas ganhou o Moreira Franco. Moral da história: fui candidato com o Moreira, contra o Darcy Ribeiro, que foi candidato ao governo pelo PDT. Em 82, perdi a eleição por minhas qualidades; em 86, por meus defeitos. Eu não podia ser candidato com o Moreira. Ele não tem nada politicamente a ver comigo, sabe que fiz a campanha do Nelson Carneiro contra ele, porque ele tinha sido do PDS. Minha campanha foi pífia, sem graça. Nessa eu não acreditava. Não devia ter sido candidato, não podia apoiar o Moreira contra o Darcy Ribeiro.

Naquela ocasião, não passou pela sua cabeça ir para o PDT?

Ainda não. Eu ainda tinha aquela visão de que a grande frente era o PMDB. Tanto que lutei para o Nelson Carneiro ser candidato. Não acreditava no PDT como estrutura partidária.

O PT nunca esteve em cogitação?

Não. É estranho, mas nunca passou pela minha cabeça. Eu diria até que mais recentemente passou, mas não o PT do Rio — sem querer ofender os petistas cariocas. O PT de São Paulo é um PT de que eu gosto mais. Seguramente, se eu estivesse lá, estaria com o Genoíno. Até porque o PDT não existe em São Paulo.

Quando foi que o senhor entrou para o PDT?

Primeiro, em 1988 criou-se o PSDB, que era um partido formado por um grupo que se uniu na Constituinte. Havia gente de várias correntes, até do PDT, do PT, que se juntou ali, votou junto, e assim criou-se o PSDB. Um partido fundamentalmente congressual, de deputados e senadores. Poucas pessoas sem mandato assinaram a ata de fundação do PSDB. Eu assinei, fui um dos fundadores em 88. Achava que era um partido da esquerda moderna e gostava muito do Covas, pela atuação dele. Aí veio 89, com a campanha para presidente da República. Votei no Covas para presidente, inclusive o levei à Petrobrás. Todos os candidatos foram, mas o Covas em especial. Eu era chefe de gabinete do presidente e ajudei, discuti o pronunciamento dele. Acontece que ele perdeu, e no segundo turno Brizola teve uma excelente posição. Apoiou o Lula: “Vamos fazer a direita engolir esse sapo barbudo!” Mobilizou o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, onde ele tem voto, e Lula teve uma excelente votação. Então, o que aconteceu? Em 90, o candidato natural a governador do Rio de Janeiro era o Brizola.

Eu era vice-presidente do PSDB do Rio de Janeiro, e o presidente era Ronaldo César Coelho. Eu disse: “Ronaldo, temos que apoiar o Brizola.” Ronaldo resistindo. Levei-o à casa do Cibilibis, que fica no prédio do Brizola, e fizemos uma reunião, Cibilibis, Brizola, Ronaldo e eu. Discutimos, discutimos, e ousou dizer que o Ronaldo saiu encantado com o Brizola. Porque o Brizola, quando conversa, é demais. Eu me lembro do Ronaldo comentando que a mãe dele tinha trabalhado nos Correios e Telégrafos, dizendo que não nasceu em berço de ouro, e o Brizola mostrando a importância daquela origem... Brizola, falando, é fantástico! O Ronaldo saiu de lá encantado, mas não dava para ele, pelas suas bases políticas e econômicas, apoiar o Brizola. Ele realmente não apoiou e quis ser candidato. Eu disse: “Ronaldo, você não vai ter nem 4% dos votos.” Ele: “Não, eu noto, quando ando na rua, a maneira como o povo me olha. Eu tenho a missão de derrotar o Brizola!” Quando os políticos começam a ter missão, é complicado... Eu era vice-

presidente do partido, era um nome natural para concorrer a estadual, pela primeira vez teria dinheiro — coisa que nunca tive, sempre fiz campanha pobre — mas disse: “Não dá, Ronaldo. Não vou te apoiar.” E não fui candidato.

Fiz então uma dissidência tucana para apoiar o Brizola, tanto que ele me punha nos comícios como presidente do partido. Falava o Geraldão — Geraldo Rodrigues dos Santos —, falava o João Amazonas e falava o Raymundo de Oliveira: “Vai falar agora o tucano mais autêntico!” Era o Brizola, com aquele jeito dele... Ele teve aquela vitória esmagadora no primeiro turno, e o Ronaldo teve 3% dos votos. E não tinha do que reclamar, estava correto. Foi nessa eleição que entrou o Serginho Cabral, pelo PSDB, com uns 10 mil votos.¹⁵ Eu provavelmente estaria por aí, se tivesse me candidatado... Para federal o PSDB só elegeu o Artur da Távola — e posso dizer bem, elegeu nas sobrinhas. O Artur tinha sido bem eleito em 86, mas em 90 ele na verdade não ganhou a eleição, perdeu. Acompanhei de perto. Entendo de lei eleitoral, sei como é a distribuição das sobras e tinha um computador em minha casa, onde eu fazia as contas diariamente, prevendo quem ia ser eleito. Num determinado momento, ficou claro que o PSDB não faria nenhum federal. Eu disse: “O Artur está derrotado.” Ele de fato perdeu a eleição, não atingiu o coeficiente eleitoral — a mesma coisa que aconteceu com Marcelo Cerqueira em 85 —, mas aí anularam os votos dos pequenos partidos e, quando isso acontece, o coeficiente eleitoral diminui. Ele entrou por algumas dezenas de votos. E teve tanta sorte que, com isso, em 94, tendo um mandato e sendo presidente do PSDB, acabou se elegendo senador.

Com tudo isso, evidentemente, eu me aproximei do Brizola. Ele assumiu o mandato e me chamou para ser presidente do Proderj, o Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro. Fiquei no Proderj um ano e durante todo esse tempo ainda era do PSDB. Brizola nunca me cobrou isso. Eu me lembro que uma vez tive uma conversa com o Cibilis, que é muito meu amigo, porque havia um pessoal do PDT no Proderj reclamando de mim — era aquele corporativismo —, e eu disse: “Mas Cibilis, você chama um homem atrasado, do PSDB, para vir para cá... O PDT tem razão...” Ele ria.

¹⁵ Sérgio Cabral Filho, nascido em 1963, iniciou sua vida política como simpatizante do PCB. No início da década de 1980 filiou-se ao PMDB e de 1983 a 1985 foi chefe de gabinete de seu pai, Sérgio Cabral, na Câmara dos Vereadores. Após ocupar a direção da Turis-Rio, Companhia de Turismo do Estado, de 1987 a 1990, foi eleito nesse último ano deputado estadual na legenda do PSDB. Na Assembléia Legislativa, foi escolhido líder da bancada de seu partido. Em 1994, foi reeleito com a maior votação do estado, 168.375 votos. Presidiu a Assembléia de 1995 a 1996, quando se licenciou para candidatar-se à prefeitura do Rio. Derrotado no segundo turno por Luís Paulo Conde, do PFL, reassumiu a presidência da Assembléia no ano seguinte e em 1998 obteve mais uma vez a reeleição, com 378.242 votos, a maior votação para deputado estadual em todo o país. No início da legislatura foi novamente escolhido presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Afinal pedi ao Cibilis para sair do Proderj, entrei para o PDT, saí candidato a vereador em 92 e perdi a eleição. Por quê? Há uma razão. O Raymundo não tem nada a ver com vereador. O voto do vereador é um voto totalmente disperso. Você vai votar em mim? Não, porque tem o seu primo, tem o vizinho do seu porteiro... Não tem nada a ver. Afinal, em 93, o Bocayuva me chamou, com a concordância do Brizola, para ser presidente da Cedae. Foi uma experiência profissional muito importante, porque a Cedae é uma grande empresa, a maior do estado, e para mim foi muito gratificante. Fiquei lá um ano e meio e, quando acabou o mandato do Brizola, saí.

Fui também presidente do Clube de Engenharia, de 94 a 97. Interessante, isto: o período de Petrobrás, o período de Cedae, principalmente, e o do Clube de Engenharia me aproximaram de muitos empresários. Tenho grandes amigos entre os empreiteiros do Rio de Janeiro e gosto de dizer isso em voz alta. Logo que cheguei no Clube de Engenharia, fiz uma chamada “Semana da Engenharia”, para mostrar as coisas boas que a engenharia brasileira já fez. Quando começou a semana, ainda participei da abertura, mas tive uma apendicite supurada e quase morri. Mas eu disse, ao justificar a semana, o seguinte: “Imaginem se eu estiver descendo num elevador e disser a seguinte frase: ‘Ah, ontem eu jantei com um empreiteiro amigo meu.’ Todo mundo ia olhar. Empreiteiro é palavrão. Mas empreiteiro é quem gera emprego para os engenheiros. Eu sou um cara de esquerda que diz isso com a maior tranqüilidade: empreiteiro gera emprego. Eu não gosto é de banqueiro...”

Na presidência do Clube de Engenharia, houve algumas coisas que talvez valesse a pena mencionar. Uma delas foi o Congresso de Engenharia dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Fiz lá uma conferência sobre “Tecnologia e independência”, que depois repeti em outros lugares, como a própria Escola Superior de Guerra, mostrando a importância da tecnologia de ponta, do domínio tecnológico, para o país ser independente. Isso se liga à questão da política de informática, quando nós lutamos pela reserva de mercado, que foi um dos momentos grandiosos, um dos raros momentos em que o Brasil teve uma política industrial. Se vocês olharem ao sul do Equador, não há nenhum país que esteja no calcanhar do Brasil em termos de informática, em termos de mão-de-obra sofisticada. Vejam o sistema bancário brasileiro! É um sistema de ponta, por causa da política de informática. Nisso de fazer um cheque no Oiapoque e o registro estar atualizado no Chuí, o Brasil está na frente dos Estados Unidos. Sabem qual foi o primeiro país do mundo a fazer declaração de imposto de renda pela Internet? Brasil. Segundo: Canadá. Terceiro: Panamá, com tecnologia brasileira. Você só faz isso se tiver tecnologia de segurança. Sabem quem deu essa segurança? Uma empresa do Rio de Janeiro chamada

Módulo, formada por ex-alunos meus. Sabem por que eles puderam fazer isso? Porque nós criamos uma massa crítica de profissionais, graças à política de informática. Eu não tenho dúvida de que foi uma política corretíssima.

Mas há quem diga que a política de reserva de mercado na informática atrasou a nossa produtividade...

Não atrasou nada, avançou muito! Isso é outra conferência, dá horas de conversa, mas eu costumo dizer, quando falo sobre isso, que bem esquematicamente há duas posições: a minha e a do deputado Roberto Campos. A minha é a seguinte: na época da política de informática, toda vez que o Brasil ia negociar com o governo Reagan a reciclagem da dívida, o primeiro ponto na mesa de negociação era a exigência deles de que nós acabássemos com a reserva de mercado. Antes de qualquer coisa. E o Brasil resistia. Por que a exigência? Porque o Brasil estava se constituindo num mau exemplo. O papel do Brasil era plantar soja, café, ter indústria poluidora, mas a informática estava reservada para o Olimpo. Ao sul do Equador era proibido o domínio dessa tecnologia. Nós estávamos nos transformando num mau exemplo justamente porque a política de informática estava dando certo. Quando nós lançamos o Cobra 500 em 1980, o *gap* tecnológico em relação ao que havia lá fora foi mínimo, quase chegamos lá. Se tivéssemos um pouco de vergonha na cara, tínhamos dado o pulo estratégico, e mudava a história do país. Tínhamos condições para dar um grande salto naquele momento. Essa é a minha leitura. Já a leitura do deputado Roberto Campos — que nós temos que respeitar, homem de muita cultura — é outra, é a de que o governo americano estava preocupado com o atraso tecnológico do Brasil, queria ajudar o Brasil a se desenvolver, a ser um país mais rico...

É claro que eu tenho uma visão crítica do que foi acontecendo no final do processo, mas isso é outra conversa. A política de informática não foi imposta pelos industriais nem por ninguém, foi uma conquista dos profissionais da área. Quem impôs a política fomos nós. Citarei alguns nomes: Ivan da Costa Marques, Mário Ripper, Ricardo Saur, além de muitas outras pessoas, entre as quais me incluo. Havia um grupo no Serpro, um grupo na USP, um grupo na PUC, um grupo no Fundão, e juntos esses grupos criaram uma massa crítica e viram que podiam dominar a tecnologia de computador pequeno — daí ter sido formada a Cobra, a Labo, a Sid, a Edisa, uma série de empresas que depois foram crescendo. O que alimentou esse processo, a razão de nós termos conseguido tal desenvolvimento tecnológico, foi o seguinte: a comunidade de profissionais tinha um

permanente debate entre ela. Em plena ditadura. Nós tínhamos os chamados Secomu, os seminários de computadores nas universidades, e outros encontros, e a toda hora estávamos debatendo e nos atualizando. Por isso conseguimos dar grandes saltos tecnológicos. Foi um dos processos mais democráticos. Os profissionais participaram diretamente da elaboração do modelo. Adiante fizemos uma aliança com um segmento da Marinha, que estava interessada em computadores para as suas fragatas. Conseguimos apoio militar, eles pensando em segurança, e nós na questão tecnológica e na independência. Foi isso o que aconteceu. Nós avançamos muito.

No governo Figueiredo, eles acabaram com a Capre, que era um órgão da Secretaria de Planejamento encarregado de controlar as importações de computador. Ela tinha ajudado muito, porque do momento que passou a controlar, abriu espaço para desenvolvermos tecnologia própria. Quando a Capre acabou, acusada de ser dominada por comunistas, criou-se a SEI, Secretaria Especial de Informática.¹⁶ Aí veio a chamada Comissão Cotrim e começou a interrogar os profissionais da área. Um troço terrível, uma caça às bruxas. E o que fizeram os milicos, que inclusive eram a favor da reserva de mercado? Engessaram o modelo, não tinham a maleabilidade que nós tínhamos de acompanhar a tecnologia. Esses seminários de que falei, não houve mais, e nesse momento veio a revolução da microinformática. Se estivéssemos lá, o que teríamos feito? Evidentemente, entendido a revolução e adaptado o modelo. Mas faltou agilidade. Vocês sabiam que ali por 1982, 83, mais ou menos, havia três países no mundo cuja produção interna de computadores era maior que o total importado? Eram Estados Unidos, Japão e Brasil. Não era pouca coisa o que estava acontecendo, não.

O problema, então, foram os militares?

Claro! O milico pegou o lado rígido da política, não pegou a maleabilidade, e nós deixamos de incorporar a revolução tecnológica que estava ocorrendo. Com a chegada dos micros, o modelo foi ficando inviável. Eu me lembro que dizia: “Defendo a reserva

¹⁶ No início do governo Figueiredo, em 1979, houve uma reestruturação dos órgãos governamentais responsáveis pelo setor de informática. Foi extinta a Capre, Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, criada em 1972, subordinada ao Ministério do Planejamento, com o objetivo de garantir a utilização mais eficiente dos computadores na administração pública, e foi criada a SEI, Secretaria Especial de Informática, era subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Houve uma substituição generalizada de técnicos e dirigentes nesse momento, mas manteve-se a política de reserva de mercado para a informática. Ver *Computadores brasileiros – indústria, tecnologia e dependência* (Rio de Janeiro, Campus, 1984).

inteligente, não a reserva burra.” Eles destruíram o ambiente que nós tínhamos, que era a comunidade de profissionais, que alimentava o processo. Isso é apenas um resumo da história, não estamos trabalhando aqui com isso, mas acho importante esclarecer. O Ivan da Costa Marques, que foi presidente da Cobra, tem um livro para ser lançado sobre essa política em que mostra o que aconteceu.¹⁷ Dizem que quem fez a política de informática foram os militares. Não foi nada disso! Os militares, depois, atrapalharam, engessaram. Veio a revolução da microinformática, e não houve agilidade.

Mas de qualquer maneira o senhor acha que o Brasil tem uma boa cultura de informática.

Fantástica. O Brasil é um dos países cuja taxa de entrada na Internet está entre as maiores do mundo. A segurança da eleição com essa maquininha é fantástica. Outro dia, um parlamentar, de quem não vou dizer o nome, dizia o seguinte: “Um sujeito levou um disquete de casa! Eu vi, ou fulano viu!” É brincadeira! Aquilo é criptografado, nem o Bill Gates forja um disquete daquele! Você pode forjar no final da linha, com um juiz, mas não com a máquina. O avanço que nós tivemos por causa da informatização na última eleição foi brutal, a queda da fraude foi enorme. E temos que elogiar isso.¹⁸

¹⁷ O título provisório do livro é “Uma tentativa de aproximação autônoma da modernidade: a política nacional de informática na década de 1970”.

¹⁸ Sobre a política brasileira de informática ver, neste volume, o depoimento de Jó Rezende.